

Projeto de Lei nº , de 2019
(Do Sr. Baleia Rossi)

Altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, para dispor sobre a presença de farmacêutico nas farmácias constituídas como Microempreendedor Individual (MEI) e Microempresas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O art. 6º da Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§:

“Art. 6º.
.....

§1º. O disposto no inciso I deste artigo não se aplica às farmácias constituídas como Microempreendedor Individual (MEI) e Microempresas de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações.

§2º. Os estabelecimentos comerciais que se refere o §1º deste artigo deverão contar com a supervisão e responsabilidade técnica de farmacêutico registrado no Conselho Profissional, bem como obedecer ao disposto no art. 15 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973.

§3º. O órgão responsável competente deverá disciplinar o disposto no §2º deste artigo. (prazo?/meio normativo?).”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (ou podemos dar um prazo para que ela entre em vigor, 45, 90 ou 120 dias).

JUSTIFICATIVA

A norma atualmente em vigor, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização as atividades farmacêuticas – Lei 13.021/2014 - determina a obrigatoriedade da presença de um farmacêutico durante todo o horário de funcionamento das farmácias, sem qualquer distinção em relação ao porte do estabelecimento. Esta exigência trouxe um ônus maior para todos o segmento farmacêutico, em especial para aqueles empreendimentos de menor porte,

como é caso dos enquadrados como Microempreendedor Individual (MEI) e Microempresas, se considerado proporcionalmente em relação às grandes redes de farmácias .

Certamente a presença desse profissional é importante para assegurar a qualidade da assistência dada aos consumidores bem como a garantia de que os medicamentos e seus estoques estão sendo cuidados de forma diligente. Entretanto, esta exigência causou um impacto bastante significativo para a gestão desses estabelecimentos, em especial, frisamos, àqueles de menor porte.

Antes do advento da referida lei, era permitido ao estabelecimento comercial em tela a contratação de um assistente técnico durante todo o período de funcionamento, porém possibilitava que essa tarefa fosse realizada por um técnico sem formação de nível superior em Farmácia.

Sensibilizado com o impacto que a lei de 2014 trouxe, o governo editou a Medida Provisória nº 653, de 8 de agosto de 2014, com o objetivo de conceder tratamento diferenciado às farmácias de menor porte, consideradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, retirando a obrigatoriedade da presença de um farmacêutico em todo o horário de funcionamento do estabelecimento. Entretanto, o parlamento não apreciou a Medida Provisória dentro dos prazos, resultando na perda de eficácia por decurso de prazo.

Com o objetivo de trazer uma solução para esses estabelecimentos comerciais de menor porte, mas sem prejudicar a necessidade de uma assistência presente de um farmacêutico nas farmácias maiores, propomos este projeto de lei cuja pretensão é estabelecer que esta assistência possa ser realizada através de uma supervisão pelo farmacêutico, ao tempo em que a presença durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento comercial, categorizado como MEI ou Microempresas, seja realizada por um técnico especializado.

Nesse sentido, solicito o apoio de meus pares para a apreciação e aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2019.

DEPUTADO BALEIA ROSSI

MDB - SP